



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do deputado Jesus Sérgio

Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941
E-mail: dep.jesussergio@camara.leg.br

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2020
(Do Sr. Jesus Sérgio)

Apresentação: 28/02/2020 16:53

RIC n.150/2020

“Solicita informações à Senhora Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, acerca do pagamento de auxílio moradia para servidores do governo federal com cargos em comissão e efetivos”.

Senhor Presidente:

No exercício das competências, prerrogativas e responsabilidades insertas nos artigos 49, X e 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que sejam solicitadas informações à Senhora Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, acerca do pagamento de auxílio moradia para servidores da pasta com cargos em comissão e efetivos, devendo ser respondidas especificamente as seguintes indagações:

- a) Qual o valor gasto pelo governo federal com auxílio moradia dos servidores do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no ano de 2019?
- b) Quem são os servidores do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos com cargos em comissão e efetivos que fazem jus ao auxílio moradia? Elencar em ordem decrescente os nomes e valores.



JUSTIFICAÇÃO

O auxílio moradia vem sendo utilizado por um número cada vez maior de autoridades dos poderes executivo, legislativo e judiciário, separando uma classe de servidores públicos dos milhões de trabalhadores brasileiros que nem moradia tem. O auxílio moradia pago muitas vezes sem critérios rígidos, incorpora valores a um salário já bem acima da média dos demais servidores e vai criando servidores públicos de primeira e segunda categoria.

Um levantamento elaborado pela consultoria de orçamento do Senado, e divulgado em 2018, mostra que, nos oito anos anteriores, o governo federal gastou R\$ 3,5 bilhões com auxílio-moradia para servidores do Executivo, Legislativo, Judiciário e, também, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

São números expressivos para um país que enfrenta uma das maiores crises econômicas de sua história, com crescimento do PIB abaixo de 1% e desemprego recorde atingindo dois dígitos e que perdura há pelo menos 4 anos.

Com um orçamento federal comprometido e sem capacidade de investimentos novos com força para destravar a economia gerando emprego e renda para as pessoas de baixa renda, o dinheiro do governo é drenado para assegurar privilégios de ministros de estado, altos executivos de empresas públicas, membros dos poderes legislativo e judiciário e até Ministério Público, de quem se espera a defesa da sociedade.

Entre 2010 e 2017, segundo o levantamento, os gastos do governo com o auxílio aumentaram em quase 1000%. Com o dinheiro, segundo dado do Ministério das Cidades, seria possível adquirir pelo menos 58,6 mil casas em cidades brasileiras com até 20 mil habitantes, dentro do programa Minha Casa Minha Vida.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e solicito à Senhora Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que envie, no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 02 de março de 2020.

JESUS SÉRGIO
Deputado Federal – PDT/AC